

QUESTÃO AGRÁRIA E FOME NO BRASIL

Kátia Hale dos Santos¹

Márcia Alves de Souza²

RESUMO

O artigo ora apresentado tem como objetivo tratar da questão agrária na história brasileira e da fome decorrente da concentração de propriedade de terras. Ao monopólio de terras, acrescenta-se o monopólio da representação política, quando as classes dominantes somaram esforços para aumentar e expandir suas posses ontem e hoje. Na contemporaneidade, sob o domínio do capital fictício, negros, indígenas e sem-terras assentados são expropriados e sofrem com a violência e os crimes praticados pelos grandes proprietários do agronegócio. A estrutura fundiária no Brasil é geradora da fome, chegando a atingir 55,2 dos lares brasileiros no final de 2020, 116,8 milhões de pessoas (Agência Brasil). Resgatamos estudiosos da questão agrária e da fome para demonstrar o seu enlace, uma relação que resulta em miséria e doenças geradas pelo modelo agroalimentar dominante.

Palavras-chave: Questão agrária, fome, agronegócio.

ABSTRACT

The article presented here aims to address the agrarian issue in Brazilian history and the famine resulting from the concentration of land ownership. In addition to the land monopoly, there is the monopoly of political representation, when the dominant classes joined efforts to increase and expand their possessions yesterday and today. In contemporary times, under the dominion of fictitious capital, black, indigenous and landless settlers are expropriated and suffer from violence and crimes committed by large agribusiness owners. The land structure in Brazil generates hunger, reaching 55.2 of Brazilian homes at the end of 2020, 116.8 million people (Agência Brasil). We rescued scholars of the agrarian issue and hunger to demonstrate their link, a relationship that results in misery and diseases generated by the dominant agro-food model.

Keywords: Agrarian question, hunger, agribusiness.

¹ Doutora pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. katiahale@gmail.com

² Discente em Serviço Social pela Universidade Federal de Integração Latino-americana. marcia-alves2000@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2021) apresentou a seguinte previsão: em maio de 2021 a produção de alimentos no Brasil, cereais, leguminosas e oleaginosas, representa um recorde na série histórica, totalizando 262,8 milhões de toneladas, 3,4% superior à obtida em 2020 (254,1 milhões de toneladas), um aumento de 8,6 milhões de toneladas. O Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) também apontou que a área a ser colhida é de 68,0 milhões de hectares, tendo alta de 119,7 mil (0,2) em relação ao mês anterior. No entanto, Alentejano (2020) informa - seguindo dados levantados entre 1990 e 2018 - que a área plantada com lavouras temporárias no Brasil aumentou de 45,98% para 73,23 milhões de ha, quando o aumento se concentrou basicamente em três produtos voltados para a exportação ou transformação industrial, as chamadas commodities, quais sejam a soja, a cana e o milho. O autor demonstra que a área plantada com estes produtos cresceu 34,2 milhões de ha entre 1990 – 27,2 milhões de ha – e 2018 – 61,43 milhões de ha. Quanto aos três produtos que constituem a base da alimentação dos brasileiros – arroz, feijão e mandioca – houve uma redução de 5,4 milhões de ha no mesmo período, passando de 11,44 milhões de ha em 1990 para 6,04 milhões de ha em 2018.

Mesmo diante do mosaico de recordes e declínios na produção apresentado por esses dados, o saldo da análise é de que o Brasil tem condições de produtividade para alimentar sua população, contudo, os alimentos produzidos servem às negociatas para o mercado internacional e mercado de futuro. Dessa forma, a produtividade se contrasta com a realidade de trabalhadores que passam fome, pois para muitos não há perspectiva de acesso aos alimentos-mercadorias, sobretudo com os agravos trazidos pela pandemia da Covid-19, expresso no aumento dos índices de desemprego, trabalhos precários e mal remunerados, além da carestia dos alimentos.

A política brasileira para o campo historicamente beneficia o agronegócio dispondo de crédito rural, ou seja, os empresários dessa área têm financiamento público para a geração de seus lucros, enquanto a participação máxima da agricultura familiar jamais ultrapassou 17% do volume total dos investimentos do crédito rural, que vem reduzindo-se gradativamente, segundo Alentejano (2020).

Em resposta à crise e ao aumento do número de famintos, um representante do governo brasileiro sugeriu menos desperdício e doação de restos de alimentos

para os famintos. O Ministro da Economia, Paulo Guedes, em reunião com a Associação Brasileira de supermercados (ABRAS), afirmou haver excessos nas alimentações dos brasileiros. "Quando você vê um prato da classe média europeia, que já enfrentou duas guerras mundiais, são pratos relativamente pequenos. E os nossos aqui nós fazemos almoços em que muitas vezes há uma sobra enorme. Até o final da refeição da classe média alta há excessos". De acordo com o ministro, é preciso facilitar a conexão entre políticas sociais e o fim dos desperdícios. "Precisamos dar incentivos para o que é jogado fora possa ser endereçado aos mais necessitados".

Como legítimo representante da burguesia que atravessa uma crise, o Estado distancia-se das soluções que reduzam a pobreza absoluta, como fizeram governos recentes. Como já dito por Marx e Engels "a burguesia rasgou o véu do sentimentalismo que envolvia as relações de família e reduziu-se às meras relações monetárias", passando longe do atendimento aos direitos sociais dos trabalhadores. Prova disso é que no período do governo Bolsonaro a fome se intensificou, retrato revelado pela pesquisa do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, com aumento significativo nos últimos dois anos, saltando de 10,3 milhões para 19,1 milhões.

Essa realidade justifica a importância deste estudo, cujo objetivo é localizar a questão agrária na história brasileira e a fome decorrente da concentração de propriedade de terras. Tal reflexão é imprescindível para a compreensão das determinações sociais e históricas da questão agrária e da fome na atualidade, revelando a continuidade dos monopólios da terra e da política que agudiza cada vez mais o conflito entre as classes sociais.

Do ponto de vista metodológico, foi feita uma pesquisa bibliográfica e documental.

2 A TERRA PROMETIDA: 70 ANOS DE HISTÓRIA E FOME NO BRASIL

Na região Nordeste do Brasil, o médico Josué de Castro observou o fenômeno da fome e suas relações intrínsecas com a questão da apropriação dos meios de produção e de subsistência. Para analisar o fenômeno da fome, o autor identificou dois Nordeste: o Nordeste Oriental ou marítimo e o Nordeste Ocidental ou Central. Se o Nordeste Central foi marcado pelas secas, o Nordeste marítimo foi marcado pela

exploração monocultora latifundiária da cana-de-açúcar. Josué de Castro afirmou que a fome era causada pela ação humana naquele espaço, no qual a produção era organizada para atender as necessidades de acumulação do capital dos grandes latifundiários monocultores e exportadores da cana-de-açúcar, não permitindo aos proprietários a produção e a cultura de alimentos essenciais para a saúde e o desenvolvimento da população. Quanto ao sertão nordestino, o autor não subestimou a importância dos fatores climáticos para seu desenvolvimento, mas sustentou que a fome era a manifestação biológica de um problema social e econômico. No sertão, a alimentação à base de milho diferenciava-se pelo consumo conjunto de proteínas oriundas do leite, da carne de gado vacum e do gado caprino. O sertanejo se constituiu numa espécie de vaqueiro e agricultor, um plantador de produtos para sua subsistência e de sua família. Tinha o sertanejo, fora dos períodos de seca, uma alimentação equilibrada e que em muito superava o regime alimentar da população moradora na zona da mata. O autor afirmou, ainda, que a causa da fome nos períodos da seca estava menos ligada ao clima e mais à estrutura social reinante, à organização econômica defeituosa e à “proletarização progressiva de sua população, cuja produtividade era mínima e estava longe de permitir a formação de qualquer reserva com que fosse possível enfrentar os períodos de escassez, os anos de vacas magras, mesmo porque no Nordeste já não havia anos de vacas gordas” (1967, p. 93). Para Josué de Castro, o fim da fome no sertão nordestino seria possível quando findasse o regime de arrendamento, da parceria e da meação, no qual o agricultor ficava com uma parte ínfima da produção, com a qual podia se alimentar e também a sua família, nunca sobrando para fins de comercialização ou às reservas para os tempos de seca.

No Nordeste, a fome, classificada como aguda ou crônica; no Sul, uma ração alimentar que servia à reprodução da força de trabalho dos proletários na crescente indústria. Josué clama pelo direito humano à alimentação, mas ao pregar a reforma agrária teve cassado os seus direitos durante a Ditadura Militar e morreu em Paris, no exílio, em 1973.

A proposta de João Goulart dirigida ao Congresso Nacional no dia 15 de março de 1964 era de que o Estado desapropriasse as terras não exploradas, com prioridade para a produção de alimentos para o mercado interno e o rodízio de cultivos em todas as terras, seguindo o pressuposto de que não era lícito manter terra improdutiva por força do direito da propriedade. O projeto de reforma agrária, longe de apontar para a

revolução comunista, não chegou a ser votado. No dia 1º de abril de 1964 foi dado o Golpe Militar, abrindo uma nova etapa na luta pela terra. Iniciou-se a Ditadura Militar no Brasil e qualquer manifestação ou organização dos trabalhadores rurais era reprimida de imediato. A preocupação do novo regime não era nem política, nem social. Delfim Netto, Ministro da Fazenda entre 1969 e 1974, no governo do Presidente João Figueiredo e, sucessivamente, Ministro da Agricultura em 1979 e do Planejamento entre 1979 e 1985, tinha a chave do processo de desenvolvimento, o qual residiria numa melhoria técnica da produtividade do setor agrícola, o que liberaria a mão-de-obra e elevaria os rendimentos dos que ficassem no campo, aumentando o volume da produção para as cidades. O governo militar colocou à disposição dos produtores rurais dinheiro fácil e barato por meio de mecanismos bancários e financeiros voltados para a agricultura. Era a resposta técnica que trazia a modernização conservadora ao Brasil e que beneficiou a conjunção dos interesses financeiros do grande capital multinacional.

A expulsão do trabalhador do campo fez ampliar, nas cidades, os bolsões de miseráveis, a pobreza e o número de famintos. Se a oligarquias agrárias latino-americanas, de braços dados com a oligarquia financeira internacional, produziu mudanças para manter a ordem, perpetuando o modelo desigual e combinado no campo, a partir de 1970, com a intensificação da economia entre capitais financeiros estadunidenses, europeus e japoneses, a dependência se aprofunda por meio de novos mecanismos, da automatização e da produção financeira especulativa.

Se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) se converteu no símbolo da luta e da democracia no país nas décadas de 1980 e 1990, conquistando espaço e abrindo caminhos para a reforma agrária, o que se vê na atualidade é um Estado autoritário que não reconhece a legitimidade das organizações políticas dos trabalhadores do campo, emanando um enorme controle social das lutas sociais pela terra, o que denota dificuldades na instauração de uma autêntica democracia burguesa.

Na década de 1980, as ocupações davam o tom do MST, mas

a partir de 2002, articulado com setores da classe trabalhadora organizada nas cidades e em outros países através da Via Campesina, em vez de pautar um posicionamento contrário à ordem dominante, como em 1984, o MST passa por uma nova encruzilhada, de acomodação à ordem do capital sob a liderança do PT e vive, a partir de então, uma crise real sobre a pertinência de seu protagonismo como importante representante da classe trabalhadora

vinculada ao campo. Isto coloca em xeque sua liderança política como práxis transformadora - dada a expectativa de uma guinada à esquerda do projeto de Governo do PT - e deixa sob riscos o horizonte de sentido de sua própria luta. Uma vez que a aliança com o Governo se firma, a lógica da ocupação antes educativa como práxis complexa, transforma-se em organização para recebimento de recursos federais como mecanismo de manutenção da ordem. Contraditoriamente, manutenção da ordem do capital, dado o processo que o Governo fomenta como política majoritária de Estado preocupado com a política de exportação (TRASPADINI, 2016, p. 197).

As Políticas implementadas no governo Fernando Henrique Cardoso, continuadas nos governos Lula e Dilma, seguiram a cartilha das instituições multilaterais, cuja lição era fazer com que os países atrasados se desenvolvessem considerando a diminuição da pobreza, enquanto a economia crescia. O modelo neoliberal, ao reduzir os problemas sociais no campo e na cidade, com políticas residuais, compensatórias e fragmentadas, afirmando que eliminariam as desigualdades sociais, apenas mascararam as contradições engendradas no atual estágio do capitalismo.

O agronegócio brasileiro se apresentou como moderno, eficiente e competitivo, uma atividade próspera, segura e rentável. Os dados do Censo Agropecuário 2006 mostraram uma estrutura agrária concentrada, pois os 807.587 estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total de estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área total e tinham o tamanho médio de 309,18ha. A riqueza produzida pela “grande agricultura” não ficava na região e não beneficiava a população local; ao contrário, favorecia as grandes redes nacionais e internacionais, tais com as empresas transportadoras, o mercado de insumos e as redes de comercialização. O modelo do agronegócio degradava – e continua degradando - o meio-ambiente e não empregava o homem do campo, constituindo-se em um modelo excludente e gerador de desigualdade social. O trabalho no setor agrícola não desapareceu, ao contrário, aparece cada vez mais explorado pelo avanço da ciência e da tecnologia e, para sua reprodução, programas como bolsa família e derivados atenderam precariamente parte da população trabalhadora³. A crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2002) jogou milhares de trabalhadores no desemprego e na precarização do trabalho, mas, ao mesmo tempo em que o capital desenvolve sua crise, gerando uma massa de

³ A título de informação, o governo federal, entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021, deixou de pagar o benefício bolsa-família para 48.116 famílias residentes em Estados do Norte e Nordeste do país.

desempregados e de trabalhadores precarizados, cria mecanismo para sua reprodução.

O desemprego e a ausência de renda são determinantes do fenômeno da fome nas regiões urbanas, onde estão concentradas 80% da população brasileira. Dados do IBGE, pesquisa nacional por amostra de domicílio contínua mensal (PNAD), apontam que no primeiro trimestre/2021, o número de desempregados era de 14,8 milhões de brasileiros, 14,7% da população em idade para trabalhar. O desemprego impacta diretamente na segurança alimentar das famílias. Segundo Teixeira (2015),

na dinâmica das relações sociais engendradas no capitalismo, a fome está intimamente relacionada à lei geral de acumulação capitalista. Por um lado, porque o padrão de reprodução do capital, na particularidade do complexo sistema agroalimentar industrial, submete países de capital dependente ao mercado internacional de alimentos, regulando-o com a fome e, ainda, expulsando os agricultores de suas terras e, conseqüentemente, do processo produtivo. Por outro lado, a fome atinge visceralmente os trabalhadores que compõem a superpopulação estagnada (MARX, 2006), pois como o sistema sociometabólico do capital transforma o alimento em mercadoria e, para ter acesso a mercadorias o trabalhador precisa vender a sua força de trabalho, se não consegue fazê-lo não dispõe de meios para adquirir os alimentos necessários à satisfação de sua necessidade de se alimentar (p.22).

A fome está diretamente relacionada à produção de alimentos e a distribuição de terras. Segundo o relatório Terrenos da Desigualdade – terra, agricultura e as desigualdades no Brasil rural, elaborado pela Oxfam Brasil (2018), a concentração fundiária é o principal motivo para a violência no campo. Atualmente, menos de 1% dos grandes proprietários concentram 45% de toda a área rural, enquanto pequenos proprietários, com menos de 10 hectares, ocupam menos de 2,3% da área rural. No entanto, segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2018), o pequeno agricultor é responsável pelo abastecimento de alimentos de 50% dos lares brasileiros. A grande propriedade, no entanto, serve a produção de commodities.

Segundo Alentejano (2020), a criação de bovinos no Brasil se expandiu em todas as áreas do país, com destaque para a Amazônia, onde o rebanho passou de 17,8% em 1990 para 40,6%, em 2018. O número de cabeças de gado, 213,5 milhões, é maior que o número de brasileiros (210 milhões). O Brasil exporta 30% da criação bovina, podendo chegar a 35% em breve, segundo informa o analista de mercado Leandro Bovo, da Radar Investimentos. Segundo o analista, o aumento da exportação está relacionado a desvalorização do real frente ao dólar, o que torna a proteína nacional mais competitiva.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estima que o consumo de proteína animal foi de 29,3 quilos por habitante em 2020, o menor indicador de consumo de proteína em 25 anos, representando uma queda de 5% em relação a 2019, que já havia recuado em 9% em relação ao ano anterior. A queda de consumo está relacionada a alta do preço da carne bovino, segundo o Dieese. A proteína animal é um ingrediente de grande importância nutricional e o não consumo ou o baixo consumo é gerador de doenças, sendo a mais conhecida o Kwashiorkor⁴.

Considerado a principal locomotiva da economia brasileira, o agronegócio respondeu por 26,6 do Produto Interno Bruto (PIB) em 2020, mesmo patamar de 2004, e 48% das exportações brasileiras, segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. O sítio da Agência Brasil informa que a balança comercial de exportações brasileiras do agronegócio somou US\$ 100, 81 bilhões em 2020, um crescimento de 4,1 quando comparado ao ano anterior. Quanto às importações de produtos agropecuários, houve uma queda de 5,2%; o aumento das exportações e a queda das importações resultaram em um saldo superavitário de US\$ 87,76 bilhões para o setor. Os cinco principais setores exportadores do agronegócio brasileiro em 2020 foram o complexo da soja (US\$ 35,24 bilhões e 35%), carnes (US\$ 17,16 bilhões e 17%), produtos florestais (US\$ 11,41 bilhões e 11,3%), complexo sucroalcooleiro (US\$ 9,99 bilhões e 9,9%) e cereais, farinhas e preparações (US\$ 6,89 bilhões e 6,8%).

Segundo Alentejano, o fortalecimento do agronegócio ocorreu ao longo dos governos FHC, Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro, ganhando poder econômico e político com a lógica de “assegurar a ampliação do estoque de terras à disposição do agronegócio e de outros capitais, como o minerador, o energético, o financeiro, etc”. (2020, p. 366). Para o autor, a expansão do agronegócio não significou melhores

⁴ Segundo Abramovay (1983), a expressão que define a DEP (Deficiência Energético Protéica), kwashiorkor, tem origem em Ghana, Oeste da África, e significa “a doença que o filho adquire quando nasce seu irmão, que vai retirar seu lugar junto ao seio materno”. Segundo o autor, o kwashiorkor não provoca o emagrecimento da criança, mas um inchaço nos braços, pernas, costas e mãos, que pode até dar a impressão de gordura, mas que, na realidade, é uma cruel marca da fome. Os cabelos se descoloram e caem, de tão fracos, e a pele apresenta sinais que poderiam ser confundidos com uma queimadura. O fígado não consegue mais assimilar as proteínas e deixa-se tomar pelas gorduras. Esta degenerescência gordurosa do fígado impede que ele desempenhe seu papel de “filtro” e que produza as enzimas necessárias à digestão. Além disso, há uma deterioração da mucosa intestinal, e o resultado de tudo isso é que a criança vai perdendo sua capacidade de produzir anticorpos e de defender-se contra as agressões microbianas ou virais. São por estes motivos que as crianças portadoras de kwashiorkor são apáticas, retraídas, estáticas, têm um aspecto miserável e manifestam pouco interesse pelo ambiente que as cerca. (ABRAMOVAY, 1983, p. 21).

condições de alimentação para os brasileiros; ao contrário, o que houve foi um aumento na “insegurança alimentar” quando se compara o crescimento da população e o crescimento da produção de alimentos.

Em relação ao governo Bolsonaro, Alentejano (2020) destaca que em seu primeiro ano de mandato foram registradas algumas marcas para a direção de sua política fundiária: a suspensão de qualquer destinação de terras para criação de assentamentos rurais, terras indígenas e territórios quilombolas; a criação de mecanismos para franquear as terras dos assentamentos e das reservas indígenas para a expansão do agronegócio e outros interesses do capital, como a mineração e a construção de hidrelétricas; a intensificação da legalização da grilagem de terras, em especial na Amazônia. Tais políticas, no entanto, foram iniciadas em governos anteriores.

A disputa pelas terras, a produção de commodities, a concentração de riqueza e a fome são faces das contradições impostas pelo capitalismo em crise. O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, desenvolvido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN), afirma que o Brasil vive um pico epidêmico da fome e 19 milhões de brasileiros a enfrentam cotidianamente.

O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 foi realizado em 2.180 domicílios nas cinco regiões do país, em áreas urbanas e rurais, entre 5 e 24 de dezembro de 2020. Os resultados mostram que nos três meses anteriores à coleta de dados, apenas 44,8% dos lares tinham seus moradores e suas moradoras em situação de segurança alimentar. Isso significa que em 55,2% dos domicílios os habitantes conviviam com a insegurança alimentar, um aumento de 54% desde 2018 (36,7%). Em números absolutos: no período abrangido pela pesquisa, 116,8 milhões de brasileiros não tinham acesso pleno e permanente a alimentos. Desses, 43,4 milhões (20,5% da população) não contavam com alimentos em quantidade suficiente (insegurança alimentar moderada ou grave) e 19,1 milhões (9% da população) estavam passando fome (insegurança alimentar grave).

Segundo Ziegler (2013), a contagem de famélicos realizada pela FAO/ONU apresenta falhas. As estatísticas determinam os *déficits* em termos de calorias (proteínas, glicídios e lipídios), ou seja, os alimentos que fornecem energia, não considerando a deficiência da população no que se refere aos micronutrientes (carência de vitaminas, minerais e oligoelementos). Nessa direção, afirma o autor, de *Destrução em massa — geopolítica da fome*: a ausência de iodo, ferro, vitaminas A e C, entre outros, são indispensáveis à saúde e sua ausência gera cegueira, mutilações

e a morte de milhões de pessoas. Outra crítica que procede em relação ao método é a confiabilidade dos dados fornecidos pelos Estados nacionais, já que incontáveis países do hemisfério sul não dispõem de método científico adequado para a contagem da população, sendo que as vítimas da fome, em sua maioria, lá se encontram.

A maioria dos seres humanos que não têm o suficiente para comer, segundo o autor, localiza-se nas comunidades rurais pobres dos países do hemisfério sul. É histórica a condição de miséria e fome dos camponeses e, atualmente, eles correspondem a aproximadamente 500 milhões vivendo em condição de extrema pobreza. A miséria de agricultores, criadores e pescadores se apresenta por três razões: frequentemente são trabalhadores migrantes arrendatários, superexplorados pelos proprietários, ou ainda, a dimensão e a qualidade da terra são insuficientes para alimentar a sua família. Para superar o problema, o Banco Mundial sugere a reforma agrária assistida, ou seja, o latifundiário abre mão de parte de suas terras, mas o trabalhador rural deve comprar a sua parcela com o financiamento do referido banco, proposta que se constitui numa piada de mau gosto.

A concessão de fartos recursos estatais e os incentivos à produção de commodities para a exportação levaram ao abandono, pelos governos petistas, das históricas promessas de reforma agrária (MOREIRA, MOURO, 2018, p. 2). Com o golpe parlamentar de 2016, a reforma agrária recebe sua sentença de morte: as medidas de apoio ao agronegócio são ampliadas, enquanto os trabalhadores do campo são atingidos pela reforma trabalhista. A ampliação do agronegócio depende de estoques de terras e, para tanto, a estratégia é impedir que novas terras sejam tornadas públicas via reforma agrária, demarcação de terras indígenas e criação de territórios quilombolas, convertendo ou reconvertendo ao mercado terras públicas. (ALENTEJANO, 2020). Se o atual governo zerou o número de desapropriações de terra, tal estratégia estava sendo colocada em prática nos governos anteriores: 52,1 das desapropriações de terra foram realizadas nos governos FHC e 29,3% nos governos Lula. Em quase seis anos, o governo Dilma desapropriou menos terras que o governo Itamar em dois e, no governo Temer, cinco desapropriações foram realizadas.

A reforma agrária defendida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra é aquela prevista pela Lei 13.0001/2014, quando a terra se mantém pública e com usufruto dos assentados. No entanto, a reforma agrária por dentro da ordem tem sido realizada com a presença do Estado na disponibilização de recursos do fundo

público para financiamento na aquisição de terras pelos camponeses, agricultores familiares e trabalhadores rurais. O atual governo, por meio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretária de Agricultura familiar e Cooperativismo, publicou a portaria⁵ como o novo regulamento operativo de fundo de terras e de reforma agrária por dentro da ordem.

A contrarreforma agrária segue fortalecida por representantes políticos do agronegócio nas últimas décadas, tendo à frente no Ministério da Agricultura figuras como Roberto Rodrigues, então presidente da Associação Brasileira do Agronegócio, no governo Lula; Kátia Abreu no governo Dilma, presidente da Confederação Nacional da Agricultura à época; Blairo Maggi, produtor de soja e proprietário da maior empresa de processamento e comercialização de soja brasileira, no governo Temer, e Tereza Cristina no governo Bolsonaro, que também indicou para a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários, o presidente da União Democrática Ruralista, a mais violenta e reacionária representante do patronato rural brasileiro. A contrarreforma agrária é apoiada por uma ampla Bancada Ruralista que conta, atualmente, com 255 deputados (43,9% do total) e 32 senadores (39,5%), os mesmos personagens que defendem mudanças na legislação para o aumento do uso de agrotóxicos.

Lorena Nunes, da Coordenação de Vigilância em Saúde Ambiental do Estado de Goiás, revela que consumo anual de agrotóxicos no Brasil tem sido superior a 300 mil toneladas de produtos comerciais. Desde o ano de 2004, o uso dessas substâncias aumentou aproximadamente 700%, enquanto no mesmo período, a área agrícola aumentou 78%. Nota do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (abril/2020) aponta que entre 2007 e 2017 foram acumulados 41,6 mil casos de intoxicação por agrotóxicos de uso agrícolas, 42% delas por exposição ocupacional. Em relatório publicado em 2020, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) demonstra que 51% dos alimentos de origem vegetal consumidos no Brasil apresentaram resíduos de agrotóxicos, sendo que em 23% dos alimentos analisados tinham concentrações de agrotóxicos superiores ao limite estabelecido pela agência. No Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro ainda não existe um sistema que identifique as consequências deste modelo de produção de alimentos na saúde da população

⁵Portaria no 133, de 15 de outubro de 2020. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-133-de-15-de-outubro-de-2020-283217168#:~:text=Aprova%20o%20Regulamento%20Operativo%20do,de%202020%20e%20o%20art.>

brasileira, muito embora algumas pesquisas sinalizem a incidência do câncer na população associada ao uso indiscriminado de agrotóxicos, seja pela alimentação diária ou pelo manuseio no processo de trabalho por diversos trabalhadores e trabalhadoras no campo. A Central Única dos Trabalhadores (CUT), segundo Teixeira (2015), aponta que os trabalhadores/as que estão em contato constante com esses venenos, desde a produção da matéria-prima até o envase, estão submetidos a inúmeros riscos de contaminação

Os governos petistas colocaram em marcha a contrarreforma agrária e o governo Bolsonaro, inclusive aproveitando-se da pandemia, coloca o pé no acelerador da barbárie. As terras públicas convertidas ao mercado e a crescente produção de commodities resultará no aumento do número de famintos.

3 CONCLUSÃO

Desmatamentos, queimadas e invasões de terras indígenas e quilombolas demarcadas. Crescimento dos conflitos no campo, resultando em assassinatos de lideranças indígenas, quilombolas e dos movimentos que lutam pela terra. Destruição da floresta amazônica, a seca, o calor, o medo e a luta. Diariamente, as páginas dos grandes jornais e da mídia independente, essa última mais consciente da luta de classes, denunciam a violência daqueles que têm sede de terras para a produção de commodities e exploração de minerais. A política agrária no Brasil, privilegiando o latifúndio monocultor e a concentração de terras, demonstrou desde sempre sua incapacidade de viabilizar o acesso aos alimentos para a população trabalhadora.

Durante a Ditadura Militar, Médici afirmou que o Brasil vai bem, mas os brasileiros vão mal. A política econômica do período autocrático burguês afirmava que para dividir o bolo era necessário que ele primeiro crescesse. Nos anos 1990, Fernando Henrique Cardoso declarou que a dívida social do Brasil não poderia ser paga de uma vez. Os governos ditos democráticos também não resolveram a questão agrária, pelo contrário, na atualidade ocorre um recrudescimento em relação à criação de assentamentos rurais, terras indígenas e territórios quilombolas. O apoio estatal se volta para expansão do agronegócio atendendo os interesses do grande capital. O atual governo cumpre à risca suas promessas de campanha quanto às políticas para o campo, entretanto, tais políticas não representam uma ruptura com os governos anteriores.

A terra prometida constitui-se em uma dívida não paga e, aqueles que se levantam em defesa da reforma agrária e das demarcações das terras indígenas e quilombolas são reprimidos, às vezes ferozmente. A luta para se manter num pedaço de chão ou para saciar a fome é motivo de chacinas e torturas: A dor do vazio no estômago é calada com um tiro à queima-roupa. O trabalhador paga a conta com a sua própria vida, seja pela fome, pela desnutrição ou contraindo enfermidades ocasionadas pelo consumo ou pelo contato com agrotóxicos.

Conclui-se que a fome está diretamente relacionada à produção de alimentos e a distribuição de terras, sendo necessário romper com esse sistema que perpetua o poder político e econômico nas mãos de poucos.

REFERENCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O que é fome?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1983

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). **Procedimentos operacionais padrão - Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA)**. Disponível em <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/agrotoxicos/procedimentos-operacionais-padrao-programa-de-analise-de-residuos-de-agrotoxicos-em-alimentos-para.pdf/view>. Acesso em 20/03/2021.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. **As políticas do Governo Bolsonaro para o campo:** a contrarreforma agrária em marcha acelerada. Revista da ANPEGE. V. 16, no 29, p. 353, ano 2020. DOI 10.5418/ra2020.v16i29.12434. Disponível em <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege>. Acesso em 15/06/2021.

CASTRO, Josué de. **Sete palmos de terra e um caixão:** ensaio sobre o Nordeste, área explosiva. São Paulo: Brasiliense, 1967.

CENSO AGROPECUÁRIO 2006. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf. Acesso em 20/11/2015.

IANNI, Otávio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo, Brasiliense, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desemprego**. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em 10/06/2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Nota Técnica no 65**. O crescimento do uso de agrotóxicos: uma análise descritiva dos resultados do Censo Agropecuário 2017. Disponível em

https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35512&Itemid=9. Acesso em 15/05/2021.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. São Paulo, Contexto, 2010.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editora, 2002.

MOREIRA, Elaine Martins; MORO, Maristela Dal. **Da Carta aos brasileiros à ponte para o futuro**: das promessas não cumpridas ao golpe de morte na reforma agrária. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/25088>. Acesso em 15/06/2020.

OXFAM BRASIL. **Terrenos da desigualdade**. Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural. Disponível em https://oxfam.org.br/wp-content/uploads/2019/08/relatorio-terrenos_desigualdade-brasil.pdf. Acesso em 20/03/2018.

REDE BRASIL ATUAL. **Consumo de carne bovina no Brasil regride ao menor nível em 25 anos**. Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2021/01/queda-consumo-carne-bovina-regride-o-brasil-30-anos-atras/>. Acesso em 19/06/2021.

SCHWARZ, Roberto. **Cultura e política**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

TEIXEIRA, Leile S. C. **O valor da fome no Brasil**: entre as necessidades humanas e a reprodução do capital. Tese de Doutorado defendida na Escola de Serviço Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.
Orientador: Dr. Carlos Eduardo Montaña. 2015. 252 f. Tese (Doutorado em Serviço Social. Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

TRASPADINI, Roberta. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina**: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas. Orientador: Antonio Julio de Menezes Neto. 2016. 338 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2016.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa**: geopolítica da fome. São Paulo: Cortez, 2013.